



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

EDITAL Nº 85 / 2018 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 021, de 2018 – SEI Nº 17.0.000036352-9

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no **II SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E I ENCONTRO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS - PRESENCIAL**, a se realizar no período de 19 a 20 de abril de 2018, mediante as condições determinadas neste Edital e demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Curso: II Seminário Tocantinense de Justiça Restaurativa e I Encontro de Facilitadores Restaurativos - Presencial

Objetivo: Capacitar e atualizar os participantes para que possam contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas na aplicação das práticas restaurativas.

Período de inscrições: As inscrições acontecerão no período de 23 de março a 11 de abril de 2018.

Inscrições:

1. As inscrições deverão ser realizadas pelos interessados e pelos indicados por meio da Secretaria Acadêmica Virtual da Esmat (SAV), com base nas informações publicadas em Edital próprio;
2. As vagas destinadas às comarcas de Araguaína, Araguatins, Araguacema, Augustinópolis, Colinas, Guaraí, Gurupi, Paraíso, Porto Nacional e Cejusc's, conforme item 2.1, serão preenchidas por indicação dos diretores dos Fóruns das respectivas comarcas, por meio do Processo SEI nº 17.0.000036352-9, **indicando prioritariamente facilitadores restaurativos participantes dos cursos de Formação da Esmat e da turma de 2015 da Comarca de Araguaína;**

c)As inscrições para as vagas das comarcas e Cejusc, exceto da comarca de Palmas, serão validadas pela Secretaria Acadêmica da Esmat, conforme indicação.

Obs.1: *As diárias aos participantes indicados conforme item 2.1 deverão ser solicitadas pelo participante, por meio do sistema Egesp*

Público-Alvo:

- Magistrados e servidores, prioritariamente, os que possuem atuação nas Varas Criminais/Execução Penal, Cepema, Infância e Juventude e Família e que tenham participado dos cursos de Formação da Esmat e da turma de 2015 de Araguaína;
- Juízes coordenadores dos Cejusc's;
- Magistrados e servidores, profissionais e estudantes da Comarca de Palmas;
- Facilitadores Restaurativos participantes dos cursos de Formação da Esmat e da turma de 2015 da Comarca de Araguaína;

- Membros do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- Professores da rede de ensino estadual e do município de Palmas;
- Professores das Universidades conveniadas com a Esmat;

Carga Horária: 12 horas

Modalidade: Presencial.

Local: Auditório da Esmat, em Palmas-TO.

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagens, hospedagem e alimentação dos professores.

VAGAS

2.1 Quantidade de Vagas: 180, distribuídas conforme tabela abaixo:

	COMARCA	VAGAS
1	Araguaína	4
2	Araguatins	2
3	Araguacema	2
4	Augustinópolis	2
5	Colinas do Tocantins	2
6	Guaraí	2
7	Gurupi	3
8	Palmas	144
9	Paraíso	2
10	Porto Nacional	2
11	CEJUSC'S de Augsutinópolis, Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema, Miranorte, Paraíso, Pedro Afonso, Porto Nacional,	15

	Taguatinga e Tocantinópolis (1 vaga para cada)	
TOTAL DE VAGAS		180

2.2 As vagas que não forem preenchidas pelo público-alvo, constantes no item 1, poderão ser distribuídas de acordo com as solicitações encaminhadas à Coordenação do curso pelo e-mail nufam@tjto.jus.br

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Serem magistrados e servidores, prioritariamente, os que possuem atuação nas Varas Criminais/Execução Penal, Cepema, Infância e Juventude e Família e que tenham participado dos cursos de Formação da Esmat e da turma de 2015 de Araguaína;

3.2 Serem juízes coordenadores dos Cejusc's;

3.3 Serem magistrados e servidores, profissionais e estudantes da Comarca de Palmas;

3.4 Serem facilitadores restaurativos participantes dos cursos de Formação da Esmat e da turma de 2015 da Comarca de Araguaína;

3.5 Serem membros do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

3.6 Serem professores da rede de ensino estadual e do município de Palmas;

3.7 Professores das Universidades conveniadas com a Esmat;

4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os alunos inscritos e matriculados deverão participar das atividades, no período de 19 a 20 de abril de 2018;

4.2 Os alunos deverão cumprir no mínimo 75% de frequência nas atividades, para certificação;

4.3 As frequências serão registradas eletronicamente no início e no final de cada período de aula, mediante leitura do código do aluno, no formato de barras;

4.4 Haverá tolerância de 15 minutos após o horário definido para início, e 15 minutos antes do horário definido para o final da atividade;

4.5 Excepcionalmente, quando não for possível a verificação da frequência pelo leitor do código de barras, poderá haver lista de presença, a qual deverá ser assinada exclusivamente pelo aluno;

4.6 Todos os alunos estarão sujeitos às regras estabelecidas na Portaria nº 311, de 2012, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programação	Estrutura	
8h	Credenciamento	
8h30	Abertura e Composição de Mesa	
PALESTRA	Tema	JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21 – A Experiência da Justiça Restaurativa no Rio Grande do Sul
	Professor	Leoberto Brancher
	Data	19 de abril de 2018
	Conteúdo Programático	• Cultura de guerra, cultura de paz e a evolução da função social do juiz; • Conceitos de Crime e os Modelos Retributivo, Reabilitador e Restaurativo de Justiça Penal; • Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa – análises comparativas; • Justiça Restaurativa e Responsabilidade; • Histórico e documentos normativos internacionais e nacionais. Resolução nº 225, de 2016, do Conselho Nacional de Justiça; • Enfoque e práticas restaurativas. Metodologias de práticas restaurativas. Trabalho em rede. O papel do facilitador. Fluxos e procedimentos.
	Carga Horária	2 horas-aula
PALESTRA	Tema	Práticas restaurativas como estratégia de pacificação social
	Professor	Afonso Armando Konzen
	Data	19 de abril de 2018
	Conteúdo Programático	• Princípios, valores e formas de proceder da Justiça Restaurativa em diálogo com a

		Cultura da Paz, da Não Violência e da Educação em Direitos Humanos; • A crise do paradigma punitivo; • Ruptura paradigmática; • Novos fundamentos para as estratégias de prevenção da violência e da construção da paz.
	Carga Horária	2 horas-aula
PALESTRA	Tema	ÁGUAS DO TOCANTINS: Por que práticas restaurativas?
	Professora	Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
	Data	19 de abril de 2018
	Conteúdo Programático	• A natureza transgeracional da responsabilidade pela vida; • A perspectiva das práticas restaurativas nas diversas dimensões do relacionamento social; • As interações com o conhecimento da comunidade e o acervo pedagógico dos que vieram antes: a sustentabilidade da vida; • Águas do Tocantins: o chamado simbólico e literal para o futuro que se constrói; • A participação dos diversos atores sociais; • A participação do judiciário e o papel da sociedade civil; • Os diversos atores e os limites das margens dos rios.
	Carga Horária	2 horas-aula
PALESTRA	Tema	Justiça Restaurativa e o Princípio da Legalidade
	Professor	Antonio Dantas de Oliveira Júnior
	Data	19 de abril de 2018

	Conteúdo Programático	As consequências trazidas pela crise da inefetividade nas relações interpessoais e o seu reflexo no sistema prisional brasileiro. Diretrizes sustentadoras do instituto da Justiça Restaurativa e sua eficiência na reinserção do ofensor na sociedade. Uma visão contemporânea de Justiça Restaurativa por meio do princípio da legalidade.
	Carga Horária	2 horas-aula
OFICINA	Tema	Oficina com Facilitadores Restaurativos
	Professores	Antonio Dantas de Oliveira Júnior Julianne Freire Marques Umbelina Lopes Pereira
	Data	20 de abril de 2018
	Conteúdo Programático	• Círculos restaurativos realizados no âmbito criminal. • Círculos restaurativos nas escolas. • Práticas restaurativas: implementação no Estado do Tocantins. Vivências dos facilitadores restaurativos. • Atribuições dos Facilitadores Restaurativos.
	Carga Horária	2 horas-aula
•		
Carga Horária Total		12 horas-aula

6. CRONOGRAMA

II SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E I ENCONTRO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS - PRESENCIAL		
Data	Horário/Período	Conteúdo Programático e/ou Atividades

19/4/2018	8 horas	Credenciamento
	8h30	Abertura – presidente do TJ/TO, desembargador Eurípedes Lamounier; diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas; coordenadora do Nupemec, juíza Umbelina Lopes Pereira; coordenador do Seminário, juiz Antonio Dantas de Oliveira Junior; gestora do Projeto Agentes da Paz, juíza Julianne Freire Marques.
	9h às 10h40	JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21 – A Experiência da Justiça Restaurativa no Rio Grande do Sul juiz Leoberto Brancher Debatedor: juiz Antônio Dantas de Oliveira Júnior
	10h40 às 12h20	Práticas Restaurativas como Estratégia de Pacificação Social Afonso Armando Konzen Debatedora: juíza Julianne Freire Marques
	17h20	Encerramento
20/4/2018	8h às 11h20	Oficina com Facilitadores Restaurativos Juiz Antonio Dantas de Oliveira Júnior e Juíza Julianne Freire Marques Juíza Umbelina Lopes Pereira

Carga Horária Total			12 horas-aula	

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 311, de 2012, publicada no DJ nº 2.879, de 23 de maio de 2012.

7.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br.

7.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei.

7.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 23/03/2018, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **1919517** e o código CRC **E8CEAD28**.